

ANC 88
Pasta 26 a 30
Junho/88
025

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

27 JUN 1988

Funcionalismo terá estabilidade

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

lei declare de livre exoneração.

As votações das Disposições Gerais e Transitórias do projeto constitucional devem terminar nesta quinta-feira. Esse compromisso foi assumido na sexta-feira pelas lideranças partidárias que pretendem esgotar até o início da semana as negociações dos temas mais polêmicos do título.

Um desses temas, o que trata da estabilidade de funcionários públicos, já está resolvido. Serão estáveis, na data da promulgação da Constituição, os atuais servidores públicos civis da União, estados e municípios e do Distrito Federal que tenham pelo menos cinco anos de serviço na administração direta e autárquica. Essa regra não será aplicada a aqueles que ocupam cargos ou funções de confiança ou em comissão, nem a aqueles que a

proprietários não terão direito a indenização. A competência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) será ampliada por lei, de forma a permitir seu alcance em outras áreas. Essa decisão evitará a criação de órgão semelhante para o setor de transporte, sendo criado apenas o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Ainda não há acordo sobre cinco pontos polêmicos das Disposições Transitórias. Segundo o deputado José Lins a reforma administrativa a ser feita pelos estados, municípios e pela União, no prazo de dezoito meses após a promulgação da Constituição, tende a ser retirada do projeto. A Constituinte já aprovou dispositivo impedindo que o Executivo gaste mais de 65% de sua receita com despesa de pessoal. Essa restrição, disse Lins, já é suficiente para que seja fei-

ta uma compatibilização dos quadros de pessoal. Também ainda está em negociação a forma como a União repassará encargos para estados e municípios. Uma proposta de José Lins deixa para a lei federal, no prazo de seis meses após a promulgação da Constituição, disciplinar a transferência de competências, responsabilidades e encargos. Enquanto a Constituição não entra em vigor essa relação seria regulada por convênio entre os interessados. A proposta teve mais aceitação que a apresentada na semana passada pelo deputado José Serra, cuja votação foi adiada por falta de acordo. A proposta previa que estados, municípios e a União elaborassem em seis meses um plano para a transferência de encargos que seria posto em prática no prazo de cinco anos.

Não há entendimentos ainda sobre o artigo 67 do projeto do "Centrao" que assegura aos delegados de polícia, após dez anos de serviço efetivo no cargo, vencimentos iguais aos dos membros do Ministério Público. Os negociadores também estudam uma fórmula alternativa para o artigo que diminui a diferença entre os proventos da aposentadoria e os vencimentos dos ativos. Na opinião do senador Almir Gabriel, essa tentativa de se dar a paridade aos aposentados está além da disponi-

bilidade de recursos da previdência. Embora ainda não tenha um acordo, a proposta que concede anistia do pagamento da correção monetária nos empréstimos contraídos pelos microempresários e pequenos agricultores durante o Plano Cruzado já tem data para ser votada: quarta-feira. Se até lá não houver uma proposta de consenso, as lideranças terão traçada, pelo menos, a estratégia de votação.

bilidade de recursos da previdência.

Embora ainda não tenha um acordo, a proposta que concede anistia do pagamento da correção monetária nos empréstimos contraídos pelos microempresários e pequenos agricultores durante o Plano Cruzado já tem data para ser votada: quarta-feira. Se até lá não houver uma proposta de consenso, as lideranças terão traçada, pelo menos, a estratégia de votação.

Sarney diz que dinheiro do povo não é para anistia

por Ivanir José Bortol de Brasília

O projeto de irrigação da fazenda da Onça, de 251 hectares pertencentes a Agropecuária Santa Catarina, inaugurado na sexta-feira pelo presidente da República, José Sarney, no município de Luziânia, a 110 quilômetros de Brasília, está inadimplente junto ao Banco do Brasil. "Entramos com uma ação judicial exigindo a isenção da correção monetária do financiamento de investimento feito no projeto", disse Eduardo Ferlin, um dos proprietários da fazenda da Onça de 3.131 mil hectares.

"Este produtor que está com 40 mil sacas de semente de soja está pagando em dia seus débitos. O problema bancário só cada um pode resolver", respondeu o presidente José Sarney à indagação dos jornalistas sobre o caso. "Ao governo cabe levar energia, abrir estradas e destinar incentivos de financiamentos. Agora, o que o governo não pode é dar, não pode anistiar, porque o dinheiro que ele administra é o dinheiro do povo. E não podemos dar o que não é nosso nem escolher a quem devemos dar. Por isso, nos colocamos contra esta situação de dispor de recursos que não podemos dar"; enfati-

zou o presidente da República, José Sarney.

A Agropecuária Santa Catarina, ligada a um grupo de reflorestamento de Caçador, Santa Catarina, obteve em setembro de 1986, um financiamento de CZ\$ 4,6 milhões destinados a incorporar 251 hectares de área irrigada. A dívida hoje é de CZ\$ 56 milhões. O patrimônio com irrigação, segundo Eduardo Ferlin, chega a CZ\$ 70 milhões a valores de hoje, caso fosse adquirir o mesmo equipamento.

A fazenda da Onça está aguardando da Justiça de Luziânia um julgamento para a ação que moveu. Em março deste ano, o Banco do Brasil propôs um acordo amigável mediante o pagamento de CZ\$ 10,9 milhões. Ferlin não aceitou a proposta. Ele já havia depositado judicialmente duas parcelas de CZ\$ 1,2 milhão vencidas em julho de 1987 e dezembro de 1988. Restariam pelo contrato original mais duas parcelas para serem pagas, uma em final de julho e outra em dezembro de 1988.

A Agropecuária Santa Catarina produziu neste ano 36 mil sacas de soja, 1.200 sacas de arroz e mil sacas de milho. Com a incorporação da área irrigada, deverá plantar 251 hectares de trigo e feijão.

Pode sair acordo sobre débitos

por Ascânio Seleme de Brasília

"Estamos muito próximos de um acordo". Esta frase do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) mostra o clima que envolve a última rodada de negociações em torno da emenda que cancela a correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado. A proposta apresentada pelo líder do governo na Constituinte,

deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), na última quinta-feira, recebeu apenas dois vetos de Mansueto de Lavor.

O novo texto de fusão, que segundo Sant'Anna causará um impacto de 100 bilhões de cruzados na economia do País, mas é "assimilável" pelo governo, voltará à mesa de negociações nesta segunda-feira. O senador Mansueto de Lavor quer reintroduzir as médias propriedades rurais na emenda além de

ampliar o período de abrangência da matéria para, no mínimo, 31 de julho de 1987. A proposta do líder Carlos Sant'Anna exclui os médios rurais e limita a abrangência ao período de 28 de fevereiro até 31 de dezembro de 1986.

Mansueto de Lavor entende que limitar a abrangência em 31 de dezembro de 86 significa beneficiar apenas 20% do total de micro e pequenos tomadores prejudicados pelo Plano Cruzado. O senador pernambucano admite introduzir os médios produtores rurais na emenda mesmo incluindo algumas medidas restritivas para a concessão do benefício. Estas restrições, segundo Mansueto, estão redigidas na própria proposta de Sant'Anna. "Os artigos que definem a adequada aplicação dos empréstimos e que restringem o benefício a aqueles que comprovadamente não podem pagar o que devem, seriam os limites para os médios", explica o sena-



Mansueto de Lavor

NEGOCIAÇÕES MAIS CONCRETAS

Todos os demais pontos da proposta de Carlos Sant'Anna foram acatados pelo senador. Ele entende que, a partir de agora, as negociações poderão se dar sobre uma base mais concreta. Mansueto, entretanto, reagiu contra a estratégia desenvolvida na quinta-feira pelo líder do governo de tentar introduzir a emenda alternativa sobre outra fusão, que não a dos autores originais, através de um acordo de lideranças. "Os líderes do PDT e do PSB já nos comunicaram que não assinam o acordo", disse o senador. Ademir Andrade (PSB) e Brandão Monteiro (PDT) não estiveram no Congresso na sexta-feira para confirmar o senador.

De qualquer maneira, se realmente não houver a concordância geral das lideranças a manobra de Sant'Anna não seria acatada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Os avanços da nova proposta e a necessidade de entendimento para a aprovação de qualquer texto fazem com que os autores da fusão procurem um acordo. Na reunião desta segunda-feira os limites, impostos por Carlos Sant'Anna, serão discutidos. Na quarta-feira a matéria será votada, com ou sem acordo, garantiu Ulysses aos autores da matéria.

OUTRA SOLUÇÃO

O deputado José Lins (PFL-CE) apresentou outra alternativa que também recebeu a simpatia dos autores da fusão. A proposta de Lins resume-se à divisão da emenda original em três emendas diferenciadas. A primeira emenda abrangia apenas as microempresas urbanas e as pequenas propriedades rurais. A segunda atenderia aos pequenos empresários urbanos e médios produtores rurais. A terceira emenda, que só seria apreciada se a segunda fosse rejeitada pelo plenário, atingiria os pequenos urbanos e médios rurais mas cancelaria apenas 50% da correção monetária.

"O José Lins encontrou a fórmula mágica", exclamou o deputado Humberto Souto depois de tomar conhecimento da proposta. "Trata-se da maneira honesta e democrática de submeter a matéria à votação. Não furta o direito de voto do constituinte, nem o força a votar no que não quer", resumiu o deputado. O senador Mansueto de Lavor acha que essa proposta "garante a aprovação do benefício aos microempresários urbanos e pequenos produtores rurais".

A proposta do deputado José Lins não chegou oficialmente ao líder Carlos Sant'Anna. Mas o seu aproveitamento só virá se não houver entendimento prévio sobre a emenda original com as restrições de Sant'Anna. Todas as alternativas serão discutidas até a noite de terça-feira. "Depois de terça não negociamos mais. Na quarta a Constituinte vai definir a questão", concluiu Mansueto de Lavor.

Sociedade da Agricultura é contra a anistia

por Coriolano Gatto do Rio

O presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Octavio Mello Alvarenga, criticou, na sexta-feira, as três emendas que tramitam na Assembleia Nacional Constituinte, defendendo a anistia das dívidas contraídas por pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado, e que contam com o apoio ostensivo de uma outra entidade ligada aos proprietários de terra, a União Democrática Ruralista (UDR).

"Isso não é tema para uma Constituição, a não ser que os constituintes queiram fazer uma cartilha eleitoral", disparou Alvarenga, que não concorda igualmente com os métodos adotados pela UDR, liderada por Ronaldo Caiado. "Em vez de bater na porta, a UDR arromba a porta", disse, ao mencionar a postura inflexível da entidade quando senta em uma mesa de negociação.

Apesar de admitir que o Plano Cruzado trouxe sérios prejuízos aos produtores rurais, quando conge-

lou os hortigranjeiros, bem como o preço do leite. Malo Alvarenga frisa que a anistia, se for aprovada, vai abrir espaço para o que chamou de "imoralidade administrativa".

O presidente da SNA calcula, contudo, que a tendência é a de ser aprovado o perdão das dívidas, o que vai gerar o princípio da isonomia, isto é, quem pagou os empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado vai querer da mesma forma ter de volta o dinheiro, em razão da anistia.

Para Alvarenga, o melhor caminho para quem ficou muito endividado no decorrer do plano de estabilização seria tentar uma negociação mais favorável junto ao sistema bancário ou partir para a via judiciária, mas jamais constar no texto constitucional o perdão das dívidas.

"Isso é dar um golpe contra a moralidade administrativa", afirmou Octavio Mello Alvarenga. "Mas eu não sou sonhador", completa o presidente da SNA, reconhecendo a dificuldade de a anistia não ser aprovada pelos deputados e senadores.

Fundo em lugar de perdão

por Livia Ferrari do Rio

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, que se mostra contrário às emendas que tramitam no Congresso Nacional para a anistia das dívidas dos pequenos agricultores, contraídas durante o Plano Cruzado, e que defende a análise da si-

tuação caso a caso, tem uma proposta para a solução do problema.

Ele sugere a criação de um fundo para saneamento financeiro do setor, que seria financiado com uma parcela das receitas obtidas pelo complexo agroindustrial, que tem hoje uma participação de até 40% no Produto Interno Bruto brasileiro.

Afif prevê pouca mudança

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) admitiu na sexta-feira que o texto final da nova Constituição terá poucas alterações em relação ao que já está aprovado. Segundo ele, em função das eleições municipais em novembro, a votação do segundo turno da Constituinte não conseguirá reunir mais de 350 parlamentares por sessão. Segundo a Agência Globo, dessa forma, ele acredita que nenhuma emenda supressiva polêmica que for apresentada conseguirá os 250 votos necessários para ser aprovada.

"Somente as matérias de consenso poderão alterar o texto já aprovado" — comentou Afif, ao afirmar que esta será a pior Constituição do Brasil em todos os tempos. "Esta é a Constituição do 'gueromeuismo', totalmente ordinário-

zada, fascista e corporativista", disse o deputado.

Em função disso, ele defende que a nova Constituição deve ser alterada durante os próximos cinco anos e não a partir de 1993, como está no texto já aprovado. As alterações imediatas, conforme Afif, servirão para ir moldando a nova Carta de acordo com a evolução do Brasil.

Guilherme Afif se manifestou também contrário à emenda que anistia dívidas de pequenos e médios empresários urbanos e rurais.

MANSUETO — Diante do otimismo com as chances de entendimento, o senador Mansueto de Lavor orientou os representantes dos microempresários a estar em Brasília na terça-feira até o meio-dia, prevendo que a votação poderia até ocorrer na tarde desse dia.

Agenda

Sessão de sexta-feira

• Não houve, por determinação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Sessão de segunda-feira

• Tem início marcada para as 14,30 horas. Se houver quórum, prosseguem as votações dos artigos das disposições transitórias.